REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

EXPERIÊNCIAS COM MOEDAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARATIVE E IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

EXPERIENCES WITH SOCIAL CURRENCIES: A COMPARATIVE ANALYSIS AND IMPLICATIONS FOR LOCAL DEVELOPMENT

Ciências Sociais Aplicadas • 25/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795514557

Carolina Beltrão de Medeiros

Sergio Kelner Silveira

RESUMO

As moedas sociais constituem instrumentos relevantes de inovação social voltados à promoção do desenvolvimento territorial, particularmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas persistentes e capacidade limitada de retenção de renda em nível local. Este artigo apresenta uma análise comparativa de diferentes experiências com moedas sociais, combinando evidências empíricas de casos nacionais com evidências de casos internacionais. O objetivo principal é identificar os fatores estruturais, institucionais e territoriais que potencializam ou restringem o desempenho dessas moedas como instrumentos de desenvolvimento local. A metodologia combina análise documental, coleta de dados primários a partir de experiências no Brasil e coleta de dados secundários referentes a sistemas internacionais de moedas sociais. A análise dos dados é de natureza categorial, e os resultados indicam que a governança comunitária, a identidade territorial, as redes de confiança, o desenho institucional, a integração com políticas públicas e a capacidade tecnológica são dimensões decisivas para a aceitação e a sustentabilidade dessas iniciativas. Conclui-se que as moedas sociais não representam, isoladamente, uma ruptura estrutural com o sistema econômico dominante; constituem, antes, mecanismos adaptativos capazes de reduzir desigualdades, fortalecer economias locais e ampliar formas de participação econômica e cívica, desde que articuladas com governança territorial, sustentabilidade financeira, monitoramento e políticas públicas coerentes.

Palavras-chave: Moedas sociais; Desenvolvimento local; Redução de Desigualdades.

ABSTRACT

Social currencies constitute relevant instruments of social innovation

aimed at promoting territorial development, particularly in contexts marked by persistent socioeconomic inequalities and limited capacity to retain income locally. This article presents a comparative analysis of different experiences with social currencies, combining empirical evidence from national cases with evidence from international cases. The main objective is to identify the structural, institutional, and territorial factors that enhance or constrain the performance of these currencies as instruments of local development. The methodology combines documentary analysis, primary data collection from experiences in Brazil, and secondary data collection from international social currency systems. Data analysis is categorical, and the results indicate that community governance, territorial identity, networks of trust, institutional design, integration with public policies, and technological capacity are decisive dimensions for the acceptance and sustainability of these initiatives. It is concluded that social currencies do not, in isolation, represent a structural break with the dominant economic system; rather, they constitute adaptive mechanisms capable of reducing inequalities, strengthening local economies, and expanding forms of economic and civic participation, provided that they are articulated with territorial governance, financial sustainability, monitoring, and coherent public policies.
Keywords: Social Currencies; Local Development; Inequality Reduction.

1. INTRODUÇÃO

As moedas sociais voltaram ao centro do debate sobre desenvolvimento local em razão de três desafios combinados: a persistência de desigualdades territoriais, a exclusão financeira de grupos vulneráveis e a dificuldade de transformar transferências

monetárias em dinamização econômica endógena (Braga, 2002; Singer, 2002; Utting *et al.*, 2014). Em territórios pobres ou economicamente frágeis, parte expressiva da renda recebida por famílias e pequenos produtores tende a ser rapidamente gasta fora do próprio território, reduzindo os efeitos multiplicadores sobre comércio, serviços, produção local e arrecadação municipal.

Nesse contexto, moedas sociais, bancos comunitários, bancos municipais e sistemas de troca local podem ser compreendidos como arranjos institucionais destinados a reorganizar a circulação de recursos em territórios delimitados (Rigo; França Filho; Leal, 2015; Seyfang; Longhurst, 2013). Diferentemente de instrumentos puramente financeiros, essas experiências dependem de confiança, identidade local, adesão voluntária, governança participativa e capacidade de conectar instrumentos monetários a objetivos sociais. Por isso, sua análise exige ir além da pergunta sobre eficiência transacional e examinar como tais moedas produzem, sustentam ou perdem legitimidade social.

Este artigo aprofunda a análise comparativa de experiências nacionais e internacionais com moedas sociais. O objetivo é identificar fatores estruturais, institucionais e territoriais que potencializam ou restringem seu desempenho como instrumentos de desenvolvimento local, verificando questões como participação cidadã e resiliência comunitária. Ressalte-se que, até onde foi possível verificar na literatura consultada, nenhum estudo anterior comparou sistematicamente os casos brasileiros apresentados nesta análise com um conjunto internacional de casos.

2. MOEDAS SOCIAIS: CONCEITOS E TIPOLOGIA

Moedas sociais são instrumentos monetários complementares à moeda oficial, criados para circular em comunidades, municípios, redes associativas ou territórios delimitados (Seyfang; Longhurst, 2013). Seu valor não decorre de curso legal obrigatório, mas da confiança de que outros usuários, comerciantes e instituições locais aceitarão a moeda em transações futuras. Essa característica explica por que o problema central dessas experiências não é apenas monetário, mas institucional e relacional.

Geralmente, a adoção das moedas sociais é motivada por desequilíbrios econômicos específicos que afetam determinada localidade, constituindo uma prática para enfrentar desafios econômicos presentes na estrutura social das comunidades implementadoras. Como estratégia de dinamização da economia local, o uso de moedas complementares busca impulsionar o consumo interno na região, criando uma rede de consumidores e comerciantes locais que promovem a circulação da moeda nos limites territoriais daquela localidade, contribuindo para a endogeneização do processo de desenvolvimento (Freitas; Gama; Mendes, 2024).

Ao contrário do dinheiro convencional, cuja aceitação é garantida por autoridade estatal e por um sistema financeiro de larga escala, as moedas sociais dependem de adesão voluntária e de uma comunidade de uso (Almeida; Vieira; Luz, 2023). Portanto, sua legitimidade é construída por meio de processos de diagnóstico, pactuação, formação, comunicação, governança e demonstração de benefícios concretos. A moeda social é, simultaneamente, unidade de conta, meio de troca, símbolo de pertencimento territorial e mecanismo de coordenação social.

Essa compreensão permite escapar de uma visão estritamente instrumental. Uma moeda local que não é aceita pelo comércio, que não é compreendida pelos usuários ou que não possui mecanismos de governança tende a se tornar um artefato sem circulação. Por outro lado, quando associada a redes de confiança e a objetivos públicos definidos, pode estimular consumo local, visibilizar fluxos econômicos, fortalecer pequenos negócios e apoiar circuitos produtivos territorializados.

Segundo a tipologia de Blanc (2011), as moedas sociais podem ser classificadas segundo a sua utilização. Ao invés de analisar a moeda apenas como um objeto físico, a classificação dos arranjos das moedas sociais toma como base seus sistemas e projetos de sociedade. Assim, as chamadas moedas sociais estão apresentadas em três grandes classes principais:

1. **Moedas Locais (Territoriais):** Projetos baseados explicitamente em uma delimitação geográfica ou territorial. O principal objetivo é reter a riqueza dentro daquela região, estimulando o comércio local e criando resiliência econômica territorial contra choques externos.

2. **Moedas Comunitárias:** Sistemas de moedas que emergem a partir de uma comunidade preexistente de pessoas, focando fortemente nos laços de reciprocidade e identidade desse grupo (independentemente de estarem rigidamente colados a uma fronteira geográfica fixa).

3. **Moedas Complementares:** Projetos de viés mais econômico e de mercado, focados estritamente na dinamização de trocas comerciais, produção e negócios locais.

2.1. Economia Solidária e Desenvolvimento Local Endógeno

A economia solidária tem sido compreendida como um campo de práticas econômicas orientadas por cooperação, reciprocidade, autogestão, finalidade social e democratização do acesso a recursos (Singer, 2002; Utting; van Dijk; Matheï, 2014). Sua relevância para o desenvolvimento local não se limita à geração imediata de renda. Ela reside também na criação de capacidades coletivas, na formação de redes de cooperação e na ampliação da autonomia econômica de grupos e territórios vulneráveis.

Nesse sentido, a teoria do crescimento endógeno contribui ao destacar que o desenvolvimento depende da capacidade interna dos territórios de acumular conhecimento, organizar recursos, inovar, ampliar produtividade e gerar trajetórias cumulativas de aprendizado (Braga, 2002). Sob essa ótica, a moeda social pode funcionar como mecanismo de estímulo à demanda local, mas seu impacto depende da capacidade do território de responder com oferta, produção, serviços, crédito e organização institucional. Nessa perspectiva, uma política de desenvolvimento local não deve apenas atrair investimentos externos, mas fortalecer a capacidade interna de produção, consumo, organização e aprendizagem. Moedas sociais podem contribuir para esse processo ao criar incentivos para que a renda circule localmente e ao aproximar consumidores, comerciantes, produtores, organizações comunitárias e governos locais (Freitas; Gama; Mendes, 2024).

O vínculo entre economia solidária e moedas sociais torna-se mais forte quando estas deixam de ser experiências isoladas e passam a integrar estratégias mais amplas de inclusão financeira, microcrédito, segurança alimentar, compras locais,

empreendedorismo feminino, agricultura familiar, economia criativa e proteção social (Rigo; França Filho; Leal, 2015; Silva; Pereira, 2023). Nesses casos, a moeda social atua como infraestrutura institucional de uma política territorializada.

Por outro lado, a utilização da moeda social, que por concepção é territorialmente restrita, pode reduzir o vazamento da renda, ampliar o número de transações locais e estimular comércio, emprego e produção. Esse efeito monetário-territorial não exige, contudo, que os estabelecimentos adotem práticas de economia solidária. Tais práticas podem melhorar a governança, a distribuição dos resultados e a sustentabilidade do circuito, mas não constituem condição necessária para o efeito econômico primário do desenvolvimento endógeno.

Para que um arranjo institucional de moeda social seja sustentável, é desejável que haja interação direta entre três dimensões: engajamento comunitário, aceitação comercial e circulação contínua. O engajamento cria confiança e sentido de pertencimento; a aceitação comercial garante utilidade prática; e a circulação contínua transforma a confiança inicial em rotina econômica. Quando uma dessas dimensões falha, as demais tendem a se enfraquecer (Freitas; Gama; Mendes, 2024).

Esse tripé permite interpretar tanto experiências bem-sucedidas quanto trajetórias de esvaziamento. Sem engajamento comunitário, a moeda pode ser vista como imposição administrativa. Sem aceitação comercial, o usuário não encontra onde gastar. Sem circulação contínua, comerciantes acumulam saldos sem utilidade e passam a rejeitar o instrumento. Assim, o ciclo virtuoso depende de

adesão social, rede de uso e regras de conversão ou reinvestimento suficientemente claras.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo adota abordagem qualitativa, comparativa e interpretativa. A coleta de dados combina pesquisa de campo sobre moedas sociais escolhidas de forma intencional com análise de dados secundários sobre experiências internacionais, tomando como referência estudos sobre moedas complementares e sustentabilidade territorial.

A dimensão empírica brasileira apoia-se em sistematizações produzidas no âmbito da pesquisa conduzida pelos autores, incluindo grupos focais, registros de campo, entrevistas com gestores, observações não-participante dos pesquisadores e documentos técnicos sobre bancos comunitários, bancos municipais e moedas sociais.

A seleção dos casos seguiu critério analítico e não estatístico (amostra intencional). O Banco Palmas (Fortaleza, Ceará) foi incluído por seu caráter pioneiro e comunitário; o Banco Mumbuca (Maricá, Rio de Janeiro), por representar a passagem para uma escala municipal integrada a programa de transferência de renda e plataforma digital; e o Banco Popular de Indiaroba (Indiaroba, Sergipe), por evidenciar adaptação do modelo a município de menor porte, com vínculos com agricultura familiar, pesca artesanal e empreendedorismo local.

Nos casos brasileiros selecionados, moeda Palmas (Fortaleza-CE), moeda Mumbuca (Maricá-RJ) e moeda aratu (Indiaroba-SE), os

dados foram coletados por meio de três grupos focais, realizados em 2025, um em cada município, com gestores dos respectivos bancos.

Adicionalmente, no município de Indiaroba, foram obtidos dados complementares aos grupos focais, por ser um caso mais recente de utilização da moeda social, mediante pesquisa qualitativa realizada em fevereiro de 2026, que compreendeu 21 entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas, junto a três perfis de respondentes: representantes da gestão municipal, estabelecimentos credenciados e usuários diretos da moeda.

O conjunto dos dados empíricos provenientes dessas atividades de campo constituiu o corpus analítico da pesquisa, submetido ao método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). O procedimento foi estruturado em três etapas: (1) **pré-análise,** correspondente à organização e sistematização inicial do material, bem como à formulação de hipóteses e objetivos analíticos; (2) **exploração do material,** etapa dedicada à codificação, categorização e sistematização dos dados; e (3) **tratamento dos resultados, inferência e interpretação,** fase em que os dados previamente codificados e categorizados são examinados de forma articulada, visando à identificação de padrões, relações e significados relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

No plano internacional, foram selecionados, de forma igualmente intencional, os sistemas LETS, o Chiemgauer, o Sarafu e a Libra de Bristol, em razão de representarem diferentes configurações quanto aos mecanismos de governança, aos níveis de incorporação tecnológica, à construção da identidade territorial, às estratégias de sustentabilidade e à articulação com políticas públicas. Assim como

nos casos brasileiros, as informações referentes às experiências internacionais foram submetidas a procedimentos sistemáticos de **codificação e categorização dos dados,** de modo a possibilitar a identificação de padrões, convergências e diferenças entre os casos analisados e subsidiar a comparação das distintas experiências de moedas sociais.

Como hipótese inicial para todos os casos, foram definidas algumas categorias de análise: tipo de arranjo; mecanismo central da moeda social; principal aprendizado. A análise dos dados revelou algumas categorias emergentes, que, apesar de não estarem presents em todos os casos, foram selecionadas como importantes para uma comparação inicial e estudos futuros: origem institucional; forma de governança; identidade territorial; tecnologia e meios de pagamento; relação com políticas públicas; escala e circulação; sustentabilidade financeira; inclusão social; riscos de implementação; e condições de replicabilidade. Essas categorias foram interrelacionadas com o tripé engajamento, aceitação e circulação, permitindo avaliar não apenas a existência formal da moeda, mas sua capacidade de operar como instrumento socialmente legitimado.

4. RESULTADOS DAS ANÁLISES: CASOS BRASILEIROS

4.1. Banco Palmas: Enraizamento Comunitário e Governança Associativa

O Banco Palmas, criado em 1998 no Conjunto Palmeira, em Fortaleza, Ceará, constitui uma das experiências pioneiras e mais relevantes de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil, sendo reconhecido como referência fundacional para a consolidação

desse modelo de organização financeira de base territorial (Rigo; França Filho; Leal, 2015; Silva; Pereira, 2023). Sua criação esteve diretamente relacionada às condições socioeconômicas vivenciadas pelos moradores do território, especialmente aos elevados níveis de desemprego, à restrição de acesso aos serviços financeiros convencionais e à significativa evasão de renda gerada pelo consumo de bens e serviços adquiridos fora da comunidade. Nesse contexto, o processo de mobilização comunitária permitiu identificar que, embora houvesse circulação de recursos entre os moradores, parcela expressiva da renda das famílias era direcionada para estabelecimentos comerciais externos ao território. Esse fenômeno contribuía para reduzir a capacidade de dinamização da economia local, fragilizava os pequenos empreendimentos existentes e limitava a criação de novas oportunidades de trabalho e geração de renda dentro da própria comunidade.

A partir desse diagnóstico, o Banco Palmas passou a desenvolver mecanismos destinados a estimular a circulação e a permanência da renda no território, articulando instrumentos financeiros a estratégias de organização econômica e participação comunitária. Nesse conjunto de iniciativas, a criação da moeda social Palma assumiu papel estratégico ao funcionar como mecanismo de incentivo ao consumo em estabelecimentos locais e, consequentemente, de fortalecimento das relações econômicas entre moradores e comerciantes da comunidade. A moeda não foi concebida, portanto, como um instrumento financeiro isolado, mas como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento territorial orientada para a valorização dos recursos existentes na própria comunidade, a ampliação das oportunidades econômicas e o fortalecimento das relações de cooperação entre os diferentes atores locais.

A experiência do Banco Palmas evidencia, nesse sentido, que a criação e a sustentabilidade de uma moeda social dependem de condições que ultrapassam sua dimensão estritamente monetária ou tecnológica. Sua implementação esteve associada a um processo contínuo de organização e mobilização social, no qual diferentes instrumentos foram articulados de maneira complementar. O mapeamento da economia local permitiu identificar os fluxos de produção, consumo e circulação da renda; as ações de formação em economia solidária contribuíram para ampliar a compreensão dos participantes sobre os objetivos da iniciativa; a articulação com os comerciantes foi fundamental para garantir a aceitação da moeda como meio de pagamento; e a oferta de microcrédito possibilitou ampliar as condições de acesso a recursos financeiros por parte de empreendedores locais. A gestão associativa, por sua vez, contribuiu para conferir legitimidade ao processo e fortalecer mecanismos de participação e construção de confiança entre os atores envolvidos (Rigo; França Filho; Leal, 2015).

Outro aspecto relevante da experiência diz respeito ao papel do engajamento comunitário na constituição da legitimidade da moeda social. A aceitação da Palmas não decorreu exclusivamente de mecanismos formais de emissão ou de gestão, mas foi construída progressivamente a partir da participação de moradores, lideranças comunitárias, comerciantes e organizações locais. Essa dimensão participativa contribuiu para estabelecer vínculos de confiança e para associar o uso da moeda a objetivos coletivamente reconhecidos, especialmente o fortalecimento da economia do território.

A trajetória do Banco Palmas também evidencia, entretanto, que a consolidação de iniciativas de finanças comunitárias requer

capacidade de adaptação às transformações econômicas, institucionais e tecnológicas. Nesse processo, a digitalização da moeda social por meio da Plataforma E-Dinheiro representou uma importante atualização dos mecanismos de operação e gestão, ao possibilitar a realização de transações digitais e ampliar as possibilidades de utilização do instrumento para além das formas tradicionais de circulação monetária. A incorporação de recursos tecnológicos pode contribuir para ampliar a capilaridade da iniciativa, facilitar o registro e o acompanhamento das transações, reduzir custos operacionais e fortalecer mecanismos de controle e gestão. Contudo, a experiência também sugere que a adoção de tecnologias digitais deve permanecer subordinada aos objetivos sociais e territoriais que fundamentam a iniciativa, evitando que a dimensão tecnológica se sobreponha à finalidade de fortalecimento da economia local e da organização comunitária (Cernev; Diniz, 2020).

4.2. Banco Mumbuca: Escala Municipal, Renda Básica e Plataforma Digital

O Banco Mumbuca, desenvolvido no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, representa uma inflexão significativa no campo das moedas sociais no Brasil, sobretudo por evidenciar a possibilidade de articulação entre instrumentos monetários de caráter social, políticas públicas de transferência de renda e estratégias de desenvolvimento econômico territorial (Freitas; Gama; Mendes, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, s.d.; Silva; Pereira, 2023).

Diferentemente da experiência do Banco Palmas, cuja constituição esteve fortemente vinculada à mobilização e à organização

comunitária, o Mumbuca foi estruturado no âmbito de uma política pública municipal, assumindo desde sua origem uma dimensão institucional mais ampla. Essa característica altera a escala e a natureza da experiência, uma vez que a moeda passa a integrar diretamente os mecanismos de execução de políticas sociais e de gestão pública local. A experiência de Maricá demonstra a possibilidade de vincular moeda social a uma política redistributiva de maior escala (FREITAS, F.; GAMA, A.; Mendes, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, s.d.). Ao pagar benefícios em moeda local, o município busca assegurar que parte do poder de compra permaneça na economia municipal, estimulando estabelecimentos credenciados e fortalecendo circuitos de consumo. A plataforma digital permitiu ampliar rastreabilidade, reduzir custos operacionais e facilitar a relação entre beneficiários, comerciantes e banco.

Entretanto, o Mumbuca também evidencia limites de replicabilidade (Silva; Pereira, 2023). Sua expansão foi favorecida por capacidade fiscal municipal incomum e por decisões políticas sustentadas. Essas condições são importantes porque uma moeda social vinculada a benefícios públicos depende da existência de recursos orçamentários capazes de sustentar os pagamentos, de estruturas institucionais responsáveis por sua gestão e de uma rede comercial suficientemente ampla para garantir sua utilização cotidiana. Assim, o caso não deve ser tratado como modelo automaticamente transferível, mas como demonstração do potencial das moedas sociais quando há financiamento, institucionalidade, plataforma tecnológica, rede comercial e integração com política pública.

4.3. Banco Popular de Indiaroba e Moeda Aratu: Adaptação Territorial

O Banco Popular de Indiaroba, associado à moeda social Aratu, constitui uma experiência relevante de adaptação do modelo de moedas sociais às características de municípios de menor porte. Sua importância está na articulação entre a circulação monetária local e uma estratégia de desenvolvimento territorial orientada para o fortalecimento de atividades econômicas existentes no próprio município, como o comércio local, a agricultura familiar, a pesca artesanal e o empreendedorismo feminino. Nesse contexto, a moeda social integra um conjunto mais amplo de iniciativas voltadas à geração de renda, à inclusão produtiva e à dinamização da economia local, buscando favorecer a permanência de parte dos recursos no território e fortalecer as relações econômicas entre produtores, comerciantes e consumidores.

A moeda Aratu incorpora elementos de identidade local, inclusive em seu nome e em sua iconografia, reforçando o vínculo entre instrumento monetário e pertencimento territorial. Essa dimensão simbólica não é secundária: moedas sociais precisam ser reconhecidas como parte da vida econômica e cultural do território. Quando a moeda dialoga com a memória, a biodiversidade, a produção e os modos de vida locais, aumenta sua capacidade de gerar identificação e confiança.

A experiência de Indiaroba evidencia ainda a importância da articulação entre moeda social, microcrédito e políticas de inclusão produtiva. A circulação monetária, isoladamente, não é suficiente para ampliar a capacidade produtiva dos agentes locais; é necessário que empreendedores e produtores tenham acesso a recursos, acompanhamento e condições institucionais para desenvolver suas atividades. Nesse sentido, o programa Mulher Empreendedora exemplifica a possibilidade de combinar crédito, acompanhamento,

corresponsabilidade e fortalecimento de capacidades, direcionando recursos para mulheres empreendedoras e contribuindo para sua inserção e permanência nas atividades econômicas locais. Essa integração amplia o potencial dos instrumentos financeiros como mecanismos de promoção da autonomia econômica e de fortalecimento dos empreendimentos existentes no território.

Dessa forma, o caso do Banco Popular de Indiaroba e da moeda Aratu demonstra que, em municípios de menor porte, as moedas sociais podem ser estruturadas a partir de uma perspectiva de especialização territorial, considerando as características econômicas, sociais e culturais específicas de cada localidade. A articulação entre identidade territorial, rede de comércio e produção, microcrédito e políticas de inclusão produtiva pode ampliar a capacidade da moeda de estimular a circulação interna da renda e fortalecer atividades estratégicas para o desenvolvimento local. A experiência sugere, portanto, que a efetividade dessas iniciativas depende menos da escala de circulação e mais da capacidade de integrar diferentes atores, instrumentos e políticas em torno de objetivos comuns de desenvolvimento territorial.

5. RESULTADOS DA ANÁLISE: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

5.1. Sistemas Locais de Troca e Crédito Mútuo

Os sistemas locais de troca e crédito mútuo, conhecidos internacionalmente pela sigla LETS, constituem uma das experiências internacionais mais conhecidas de moeda complementar baseada em crédito mútuo (Aldridge; Patterson; Tooke, 2003; Croall, 1997). Originados no Canadá e difundidos em diferentes países, esses sistemas organizam redes de membros que

trocam bens e serviços utilizando uma unidade local de conta. Em geral, não há emissão central de moeda física; o sistema registra créditos e débitos entre participantes, sustentados pela confiança coletiva e pela transparência das contas.

A principal contribuição desses sistemas está em demonstrar que moedas complementares podem emergir de redes civis e comunitárias sem depender diretamente de governos (Croall, 1997; Seyfang; Longhurst, 2013). Seu potencial está na ativação de capacidades ociosas, no fortalecimento de vínculos de reciprocidade e no atendimento de necessidades locais em contextos de escassez monetária. Contudo, sua limitação recorrente é a dificuldade de ampliar escala, atrair diversidade de usuários e manter volume suficiente de trocas ao longo do tempo.

Em relação aos casos brasileiros, os sistemas locais de troca aproximam-se do Banco Palmas pela centralidade da confiança e da organização comunitária. Diferenciam-se, porém, por não estarem necessariamente vinculados a bancos comunitários, microcrédito, políticas públicas ou moedas convertíveis. Essa distinção ajuda a compreender uma especificidade brasileira: a combinação entre moeda social, finanças solidárias e instrumentos públicos de desenvolvimento territorial (Rigo; França Filho; Leal, 2015; Silva; Pereira, 2023).

5.2. Chiemgauer: Identidade Regional, Incentivo à Circulação e Apoio a Organizações Locais

O Chiemgauer, criado em 2003 na Baviera, Alemanha, é uma moeda regional vinculada à promoção do consumo local, ao apoio a organizações sem fins lucrativos e à valorização da identidade

territorial (Gelleri, 2009; Seyfang; Longhurst, 2013). Seu desenho incorporou mecanismos de incentivo à circulação, isto é, custos de retenção da moeda ao longo do tempo, com o objetivo de estimular a circulação em vez do acúmulo.

A experiência mostra que moedas sociais podem ser associadas a estratégias de regionalização econômica e sustentabilidade (Gelleri, 2009). A ligação com organizações locais amplia legitimidade, enquanto a identidade regional reforça pertencimento. O Chiemgauer também evidencia que regras monetárias específicas, como incentivos à circulação, podem ser utilizadas para orientar comportamentos econômicos.

Comparativamente, o Chiemgauer aproxima-se das experiências brasileiras pela ênfase no comércio local e na identidade territorial, mas se diferencia pelo contexto institucional europeu, pela lógica regional e pelo desenho explícito de incentivos monetários à circulação. O caso reforça a importância da circulação contínua como dimensão central do tripé analítico.

5.3. Sarafu: Digitalização, Inclusão e Dados de Transações

O Sarafu, no Quênia, oferece um contraponto importante por articular moeda comunitária, inclusão econômica e infraestrutura digital (Mattsson; Criscione; Ruddick, 2022). A experiência ganhou relevância internacional por utilizar interfaces móveis e, posteriormente, tecnologias digitais para registrar transações em comunidades vulneráveis. A literatura recente destaca a disponibilidade de dados detalhados de transações, o que permite analisar redes de circulação monetária e padrões de uso com maior precisão.

O caso Sarafu mostra que a digitalização pode ampliar escala, rastreabilidade e capacidade de avaliação (Mattsson; Criscione; Ruddick, 2022). Em contextos de baixa bancarização, meios digitais acessíveis por celulares simples podem ampliar o alcance de moedas comunitárias. Ao mesmo tempo, a experiência alerta para riscos de dependência tecnológica, exclusão de usuários com menor acesso digital e necessidade de governança sobre dados e plataformas.

Para o debate brasileiro, Sarafu é relevante porque evidencia que a tecnologia não substitui a dimensão comunitária, mas pode potencializá-la quando desenhada em consonância com as capacidades locais. Essa lição dialoga com o E-Dinheiro, a plataforma Mumbuca e a digitalização de moedas municipais brasileiras.

5.4. Libra de Bristol: Inovação Reconhecida e Fragilidade de Sustentabilidade

A libra de Bristol, lançada em 2012 no Reino Unido, tornou-se uma das experiências europeias mais conhecidas de moeda local urbana (Petz; Finch, 2025). Foi reconhecido por combinar moeda física e digital, por buscar fortalecer negócios independentes e por ter sido aceito em determinados pagamentos locais. Sua trajetória, contudo, evidencia que reputação, inovação tecnológica e apoio institucional inicial não garantem sustentabilidade de longo prazo.

Análises recentes indicam que a libra de Bristol enfrentou dificuldades para alcançar viabilidade financeira sem apoio externo contínuo e para produzir impactos econômicos compatíveis com suas ambições (Petz; Finch, 2025). A experiência mostra que moedas

locais podem ganhar visibilidade simbólica, mas perder força quando a base de usuários ativos é restrita, o volume de transações é insuficiente ou o modelo de negócio não cobre custos operacionais.

O caso é particularmente útil para este artigo porque funciona como contraponto crítico ao entusiasmo com moedas sociais (Petz; Finch, 2025). Ele reforça que o engajamento precisa ser contínuo, formativo e decisório; que a aceitação comercial deve produzir utilidade real para comerciantes; e que a circulação precisa ser suficientemente densa para justificar os custos de operação.

6. DISCUSSÃO: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

Inicialmente, é válido salientar que a comparação realizada não pretende hierarquizar os casos nem definir um modelo universal de boa prática. Parte-se do pressuposto de que moedas sociais dependem fortemente do contexto local, com suas especificidades, conforme serão apresentadas em seguida no Quadro 1.

Quadro 1. Síntese comparativa das experiências analisadas

Experiência	**Tipo de arranjo**	**Mecanismo central**	**Principal aprendizado**
Banco Palmas (Brasil)	Banco comunitário de base associativa	Moeda social, microcrédito, mobilização comunitária e consumo local	A legitimidade comunitária é condição de aceitação e circulação.

Banco Mumbuca (Brasil)	Banco comunitário articulado à política municipal	Transferência de renda em moeda social digital	A escala cresce quando há financiamento, plataforma e integração com política pública.
Banco Popular de Indiaroba e Aratu (Brasil)	Banco municipal adaptado a economia local de menor porte	Moeda social, programas municipais, microcrédito e identidade territorial	A adaptação setorial e cultural aumenta pertinência territorial.
Sistemas LETS (Canadá e Europa)	Rede comunitária de crédito mútuo	Trocas locais registradas em unidade de conta própria	Confiança e reciprocidade sustentam trocas, mas escala e continuidade são desafios.
Chiemgauer (Alemanha)	Moeda regional complementar	Consumo local, apoio a organizações e incentivo à circulação	Identidade regional e desenho monetário podem estimular circulação contínua.
Sarafu (Quênia)	Moeda comunitária digital	Transações móveis e registro digital em comunidades vulneráveis	Digitalização amplia rastreabilidade, mas exige governança tecnológica e inclusão.
Libra de Bristol (Reino Unido)	Moeda local urbana	Fortalecimento de negócios independentes e meios físicos e digitais	Visibilidade não substitui sustentabilidade financeira e uso regular.

Fonte: elaboração própria (2026).

6.1. As Moedas Sociais: Confiança, Governança e Identidade Territorial

A comparação entre os casos demonstra que moedas sociais não se sustentam apenas por desenho técnico (Seyfang; Longhurst, 2013). O elemento comum às experiências mais robustas é a construção de confiança coletiva. No Banco Palmas, essa confiança emerge da mobilização comunitária; no Mumbuca, da institucionalização municipal e da regularidade dos benefícios; em Indiaroba, da articulação entre identidade local, programas municipais e inclusão produtiva; no Chiemgauer, do vínculo regional e do apoio a organizações locais; nos LETS, da reciprocidade entre membros; e no Sarafu, da combinação entre comunidade e infraestrutura digital.

A identidade territorial funciona como mecanismo de reconhecimento e adesão. Nomes, símbolos, narrativas, locais de uso e vínculos com atividades econômicas do território tornam a moeda mais do que um saldo em conta ou cédula alternativa. Por isso, iniciativas desconectadas da cultura local tendem a enfrentar maior resistência. A moeda precisa ser compreendida como expressão de um pacto territorial, não como um produto financeiro imposto de fora.

A governança é igualmente decisiva. Experiências bem desenhadas estabelecem responsabilidades entre banco comunitário, poder público, comerciantes, usuários, operadores tecnológicos e instâncias de controle social. Sem regras transparentes de emissão, conversão, fiscalização, prestação de contas e tomada de decisão, a moeda pode gerar desconfiança e baixa adesão.

6.2. Digitalização das Moedas Sociais: Escala, Rastreabilidade e Novos Riscos

A digitalização aparece como uma das principais tendências contemporâneas das moedas sociais (Almeida; Vieira; Luz, 2023; Cernev; Diniz, 2020; Mattsson; Criscione; Ruddick, 2022). Plataformas digitais reduzem custos de transação, ampliam rastreabilidade, facilitam prestação de contas e permitem maior integração com políticas públicas. O Mumbuca e o Sarafu ilustram esse potencial de escala; o Banco Palmas demonstra que a digitalização pode ser incorporada a uma experiência originalmente comunitária; e Indiaroba evidencia a importância de adaptar tecnologia à capacidade institucional e ao perfil dos usuários.

Entretanto, a digitalização também introduz riscos. Em territórios vulneráveis, parte dos usuários pode enfrentar dificuldade de acesso a smartphones, internet, aplicativos, senhas e letramento digital. Comerciantes podem resistir a custos operacionais ou a dispositivos de pagamento. Municípios podem tornar-se dependentes de plataformas privadas sem governança adequada. Além disso, o excesso de tecnificação pode deslocar o centro da iniciativa da comunidade para o operador tecnológico.

Assim, a tecnologia deve ser tratada como meio e não como fim. A pergunta principal não é se a moeda é digital, mas se a tecnologia amplia aceitação, circulação, transparência e controle social. Quando a plataforma fortalece o pacto territorial, ela potencializa a moeda social. Quando substitui o pacto por uma solução meramente transacional, tende a esvaziar a dimensão transformadora do instrumento.

6.3. Integração das Moedas Sociais a Políticas Públicas: Escala E Sustentabilidade

A articulação com políticas públicas pode ampliar significativamente o alcance das moedas sociais (Freitas; Gama; Mendes, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, s.d.; Silva; Pereira, 2023). O caso Mumbuca mostra que programas de renda pagos em moeda local podem criar demanda previsível para o comércio credenciado e fortalecer a circulação interna de recursos. Indiaroba, por sua vez, sugere que municípios com menor capacidade fiscal podem associar a moeda a políticas setoriais mais focalizadas, como empreendedorismo, microcrédito, agricultura familiar, pesca artesanal ou segurança alimentar.

A escala, contudo, precisa ser proporcional ao território. Uma moeda com poucos usuários e poucos estabelecimentos tende a ter baixa utilidade. Uma moeda superdimensionada, por outro lado, pode gerar custos administrativos, dependência fiscal e problemas operacionais que a gestão local não consegue sustentar. O desafio é construir uma escala viável: suficiente para gerar circulação, mas compatível com capacidade institucional, rede comercial e financiamento disponível.

A sustentabilidade financeira é um ponto crítico. Taxas operacionais, fundos municipais, parcerias, recursos públicos e mecanismos de reinvestimento podem contribuir para manter a operação. Todavia, a experiência da libra de Bristol mostra que inovação e reputação não bastam quando o modelo financeiro depende indefinidamente de subsídios externos (Petz; Finch, 2025). A sustentabilidade deve ser planejada desde o desenho inicial e monitorada ao longo da vida da moeda.

7. IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPLEMENTAÇÃO

A análise comparativa permite formular implicações para gestores públicos, bancos comunitários e organizações sociais interessados em estruturar moedas sociais. A primeira implicação é que a criação da moeda deve partir de diagnóstico territorial participativo (Braga, 2002). Antes de definir nome, tecnologia ou público-alvo, é necessário compreender fluxos de renda, estrutura do comércio, vazamentos econômicos, capacidades produtivas, grupos vulneráveis, barreiras de acesso financeiro e disposição dos atores locais para aderir ao sistema.

A segunda implicação é que a mobilização do comércio local deve ser tratada como componente estratégico, e não como etapa operacional posterior. A utilidade da moeda para os usuários depende da existência de lugares onde ela possa ser gasta. Para os comerciantes, a adesão depende de percepção de demanda, custos administráveis, regras claras de conversão, suporte técnico e benefícios concretos. A baixa adesão comercial fragiliza a circulação e reduz a confiança dos usuários.

A terceira implicação é a necessidade de formação continuada. Usuários precisam compreender o funcionamento da moeda, seus objetivos e seus limites. Comerciantes precisam dominar ferramentas de recebimento, conversão e prestação de contas. Gestores precisam compreender regras de governança, monitoramento e transparência. Lideranças comunitárias precisam atuar como mediadoras do processo. A formação não deve ocorrer apenas no lançamento, mas acompanhar toda a trajetória da moeda.

A quarta implicação refere-se ao monitoramento. Moedas sociais devem ser acompanhadas por indicadores que permitam avaliar adesão, circulação, aceitação e efeitos territoriais. A partir desta análise, podem-se propor indicadores de engajamento que podem ser incorporados a sistemas de avaliação: taxa de participação em fóruns e assembleias, diversidade de participação, continuidade das reuniões, nível de conhecimento da população sobre a moeda e existência de mecanismos efetivos de controle social.

A quinta implicação é evitar abordagens de cima para baixo (Almeida; Vieira; Luz, 2023). Iniciativas desenhadas apenas por consultorias, plataformas tecnológicas ou gabinetes governamentais tendem a subestimar a dimensão social da moeda. Sem diagnóstico participativo, identificação cultural e governança compartilhada, há maior risco de baixa adesão, desconfiança e descontinuidade. A moeda social precisa ser implantada como processo de construção territorial, e não apenas como produto financeiro.

Quadro 2. Diretrizes operacionais para implantação e avaliação de moedas sociais

Dimensão	**Pergunta orientadora**	**Indicadores ou evidências**
Diagnóstico territorial	Que problema econômico e social a moeda pretende enfrentar?	Fluxos de renda, vazamento de consumo, perfil do comércio, capacidades produtivas e grupos vulneráveis.
Engajamento comunitário	A população participa da concepção e da gestão?	Taxa e diversidade de participação, assembleias, fóruns, conselhos e consultas públicas.
Aceitação comercial	Há rede suficiente de estabelecimentos	Número de comércios credenciados, segmentos

	dispostos a receber a moeda?	cobertos, volume recebido e satisfação dos comerciantes.
Circulação continua	A moeda circula ou fica parada em poucos pontos?	Volume de transações, frequência de uso, recirculação, conversões e concentração de saldos.
Governança	As regras são transparentes e controláveis socialmente?	Regulamento, prestação de contas, instâncias decisórias, controle social e proteção contra uso político indevido.
Tecnologia	A plataforma é apropriada às capacidades locais?	Acesso digital, suporte ao usuário, custos, segurança, proteção de dados e alternativas para baixa conectividade.
Sustentabilidade	O modelo financeiro cobre custos e reduz dependência externa?	Fontes de receita, fundo de apoio, taxas, orçamento público, inadimplência e custo operacional.

Fonte: elaboração própria (2026).

8. CONCLUSÕES

A análise realizada evidencia que as moedas sociais não constituem soluções automáticas ou suficientes para enfrentar problemas estruturais como pobreza, desigualdade socioeconômica e fragilidade das estruturas produtivas locais. Seus efeitos dependem das condições institucionais, econômicas e sociais que sustentam sua criação e circulação. Nesse sentido, o desempenho dessas iniciativas está relacionado à capacidade de transformar elementos como confiança, pertencimento territorial, participação social e regras de governança em mecanismos efetivos de circulação de recursos, fortalecimento das atividades econômicas e ampliação das

oportunidades de inclusão. A moeda social, portanto, deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento territorial, e não como instrumento isolado de intervenção econômica.

As experiências brasileiras analisadas evidenciam diferentes possibilidades de organização e institucionalização dessas iniciativas. O Banco Palmas demonstra a importância do enraizamento comunitário, da participação social e da governança associativa na construção de redes econômicas locais. O Banco Mumbuca evidencia a possibilidade de ampliar a escala de atuação quando a moeda social é articulada a políticas públicas de transferência de renda, infraestrutura digital e capacidade institucional municipal. Já o Banco Popular de Indiaroba demonstra a relevância da adaptação às características de municípios de menor porte, especialmente por meio da integração da moeda a atividades econômicas territorialmente relevantes e a programas de inclusão produtiva. Em conjunto, essas experiências indicam que não existe uma configuração única de moeda social, sendo sua estrutura condicionada às características e capacidades de cada território.

As experiências internacionais analisadas ampliam essa compreensão ao revelar diferentes mecanismos de funcionamento, potencialidades e limitações. Os sistemas LETS demonstram as possibilidades de construção de redes civis baseadas no crédito mútuo, mas também evidenciam desafios relacionados à adesão e à capacidade de manutenção das redes ao longo do tempo. O Chiemgauer destaca a importância da identidade regional e da criação de incentivos capazes de estimular a circulação local da moeda. O Sarafu evidencia o potencial das tecnologias digitais para ampliar o alcance de instrumentos monetários comunitários e

favorecer mecanismos de inclusão econômica. Por sua vez, a experiência da libra de Bristol demonstra que iniciativas desse tipo podem apresentar limitações de sustentabilidade quando não conseguem consolidar uma base suficientemente ativa de usuários, estabelecimentos e mecanismos financeiros capazes de assegurar sua continuidade.

Dessa forma, conclui-se que as moedas sociais não representam, isoladamente, uma ruptura estrutural com o sistema econômico dominante, mas constituem mecanismos adaptativos que podem contribuir para reduzir determinadas desigualdades, fortalecer circuitos econômicos locais, ampliar formas de inclusão financeira e estimular a participação econômica e cidadã. Seu potencial de transformação está condicionado à capacidade de articular governança territorial, participação dos atores locais, políticas públicas, sustentabilidade financeira, infraestrutura tecnológica e mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. Assim, mais do que a simples criação de uma moeda, a efetividade dessas iniciativas depende da construção de um ecossistema institucional e econômico capaz de sustentar sua circulação e conectá-la às necessidades e capacidades específicas de cada território.

Declara-se, como limitação de análise deste trabalho a assimetria entre dados primários (Brasil) e secundários (casos internacionais) e a ausência de casos que contrariam o framework analítico. Desta forma, como sugestão de trabalhos futuros, sugere-se realizar pesquisas com um aporte maior de casos internacionais, para compreensão do quadro analítico proposto nestes casos, com suas diversas especificidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRIDGE, T. J.; PATTERSON, A.; TOOKE, J. Trading places: geography and the role of Local Exchange Trading Schemes in local sustainable development. In: BUCKINGHAM, Susan; THEOBALD, Kevin (org.). **Local environmental sustainability.** Cambridge: Woodhead Publishing, 2003. p. 169-194.

ALMEIDA, R. M.; VIEIRA, D. M.; LUZ, F. D. Moedas sociais digitais, pressões institucionais e a modelagem social da tecnologia. **Revista de Administração Contemporânea,** v. 27, n. 6, p. 1-23, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BLANC, Jérôme. **Classifying "CCs": Community, complementary and local currencies' types and generations.** Lyon: HAL, 2011. Disponível em: hal.science. Acesso em: 15 out. 2026.

BRAGA, Tânia Moreira. Desenvolvimento local endógeno entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** n. 5, p. 45-60, 2002.

CERNEV, Adrian Kemmer; DINIZ, Eduardo Henrique. Palmas para o E-Dinheiro! A evolução digital de uma moeda social local. **Revista de Administração Contemporânea,** v. 24, n. 5, p. 487-506, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390.

CROALL, Jonathan. **LETS act locally: the growth of Local Exchange Trading Systems.** London: Calouste Gulbenkian Foundation, 1997.

FREITAS, F.; GAMA, A.; MENDES, I. Programas municipais de transferência de renda com moeda social: limites e potencialidades

no desenho, na implementação e nos resultados. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise,** n. 78, p. 147-166, 2024.

GELLERI, Christian. Chiemgauer Regiomoney: theory and practice of a local currency. **International Journal of Community Currency Research,** v. 13, p. 61-75, 2009. DOI: https://doi.org/10.15133/j.ijccr.2009.006.

MATTSSON, C. E. S.; CRISCIONE, T.; RUDDICK, Will O. Sarafu Community Inclusion Currency 2020-2021. **Scientific Data,** v. 9, art. 426, 2022. DOI: https://doi.org/10.1038/s41597-022-01539-4.

PETZ, M.; FINCH, D. The rise and fall of the Bristol Pound: an exploration of the learnings from Bristol's eponymous currency. **International Journal of Community Currency Research,** v. 29, p. 47-70, 2025. DOI: https://doi.org/10.26034/zh.ijccr.2025.8851.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Moeda Social Mumbuca.** Maricá, [s.d.]. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/. Acesso em: 22 maio 2026.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão,** v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015. DOI: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.31.70-107.

SEYFANG, Gill; LONGHURST, Noel. Growing green money? Mapping community currencies for sustainable development. **Ecological**

Economics, v. 86, p. 65-77, 2013. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.11.003.

SILVA, Sandro Pereira; PEREIRA, C. A. Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do Banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do Banco Mumbuca (Maricá-RJ). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. (**Texto para Discussão, n. 2843**).

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UTTING, Peter; VAN DIJK, Nadine; MATHEÏ, Marie-Adélaïde. **Social and solidarity economy: is there a new economy in the making?** Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2014. (Occasional Paper, n. 10).